

DIA DE MINAS

16 / 07 / 2011

Senhoras e Senhores.

Na frase de Renan, *“os verdadeiros homens do progresso são aqueles que adotam como ponto de partida um profundo respeito pelo passado, pois tudo quanto fazemos e o que somos é a meta de um trabalho secular”*.

Na data de hoje comemoramos o dia de Minas Gerais. O que vai de história nesta celebração só faz realçar o ânimo vigoroso, com que os mineiros sempre se conduziram.

O passado, de que proviemos, somado ao tempo presente, em que perseveramos na ação construtora e organizadora de nossa vida social e política, descerra a nova meta de um trabalho três vezes secular.

Quando, em 16 de julho de 1696, o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça fincou seus pés nas margens do ribeirão, a que se deu o nome de Carmo, ali nascia a civilização das Minas Gerais.

No mesmo dia, o Padre Canjica, de nome Francisco Gonçalves Lopes, ergueu o primeiro altar da terra mineira, para semeadura do cristinianismo.

No Bandeirante, o ímpeto indômito; no Padre, a consciência reflexiva. De ambos, o tipo de gente mineira: coragem e prudência, sonho e sobriedade.

Com a igreja veio a cultura intelectual, e com ela a ilustração política. Semeava-se a consciência da liberdade.

Eis, aqui, resumidamente, mais traços de nossa psicologia coletiva, a saber: a religião cristã, o preparo intelectual e o talento político.

Daí adveio a ponderação da reflexão política mineira, sóbria e intemorata. Ela resulta de uma meta de trabalhos seculares.

Minas Gerais é, por isso mesmo, a expressão do entendimento, da concórdia, da conformidade, da consonância. Há, nisso, muito de cultura do intelecto e de exercício de intuição.

O exercício da intuição permite-lhe a antevisão do futuro; a cultura do intelecto abre-lhe o caminho.

Esse é o largo chão, em que o diálogo vem pervagando, por largo tempo, a “meta de um trabalho secular”, fio a fio entretecida.

O uso da razão dialógica é hábito antigo nestas montanhas. Nada mais é do que a antiga conversa na praça pública. É ela que provoca o exercício do senso comum, de que resulta o tom de equilíbrio das nossas práticas políticas.

Há um toque paradigmático no discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos, filho ilustre da terra mineira, quando dos debates do Ato Adicional, em 1834, em que combateu excessos federalistas de seus pares, mas, também, não descurou do equilíbrio da autonomia das províncias.

No calor dos debates de então, ele disse que houvera época em que o governo geral recomendava ao provincial que abolisse uma escola de primeiras letras, para estabelecer uma de grego, com o que “queria fazer dos brasileiros gregos, a fim de não se poderem entender.”

Nessa invectiva, de pitoresca censura, nessa impressiva crítica, permeava a subliminar convicção de que nas Minas Gerais sempre prevalecera o entendimento, a concórdia, o diálogo, por isso que a escola de língua grega era de ser refutada, despachada de torna viagem.

Digo tudo isso no só propósito de realçar aspectos de relação dialética entre a União Federal e o nosso Estado, de modo a deixar claro que a nossa história, a nossa meta secular, preserva a nossa autonomia, exalça a independência de nossas ações políticas e, ao mesmo tempo, nos incita ao diálogo, no acidentado percurso de construção e de organização nacionais.

Tenhamos os olhos fitos na lição de Hermes
Lima:

“O encargo político de pensar o país, de constituí-lo, de organizá-lo insere-se com vigor crescente na liderança da União. A característica mais saliente de nossa vida federativa é que ela evoluiu para colocar a União como fonte planificadora da vida nacional. Os Estados viverão e executarão esse plano nas suas características locais.”

Ora, o que devemos destacar, em tal afirmativa, é o trecho que ressalta o fato de que os Estados executam o plano nacional, nas suas características locais, vale dizer, a cor local é que dá viço à ação planificadora do país.

Isso implica dizer que o desenvolvimento dos estados federados se insere, necessariamente, na ampla relação dialética que decorre da planificação nacional e é justamente tal inserção que justifica, dá nome e vida à União Federal.

É de ver que essa tarefa unissonante sempre reclamou e há de requerer sempre a presença de Minas Gerais, do seu pensamento, da lição de seu exemplo, da coragem de seus atos e da sabedoria de sua longa experiência política.

Para que os Estados possam viver e executar o plano político nacional, “nas suas características locais”, é necessário um sistema tributário de que decorra justa distribuição da arrecadação.

Impõe-se uma reflexão crítica sobre se a submissão financeira dos entes federados perante a União é salutar, ou não, ao país e se ela impede que as características locais, estaduais, possam executar o plano nacional de desenvolvimento político, econômico e social e, assim, promover uniformidade no progresso.

O Brasil clama por reforma tributária. Este é o meu ponto. É tudo quanto aqui venho dizer. A ocasião é própria. Minas Gerais tem história de insurreição contra a injusta tributação e ilegítima distribuição de arrecadação. Falo da Inconfidência Mineira, acontecida neste chão e neste céu.

Um chamado à reflexão, no dia aniversário das Minas Gerais, poderia parecer paradoxo, mas não o é. Orações, em datas que tais, devem discutir a realidade, mesmo se adversa. Isso é como que preito de fidelidade que esta terra merece de seus filhos.

Assim, o que a princípio poderia parecer contrassenso há de sobressair como gesto de lealdade. Lealdade à “meta de um trabalho secular”.

Fique registrado o convite à reflexão. Ele é a minha mensagem. Ela é curta. Saberá crescer no espaço do diálogo, dominado pelo “grave senso de

ordem, que é o sinal mesmo do gênio mineiro”, na imorredoura lição de João Pinheiro.

Senhoras, Senhores,

Muito me honrou o convite para falar neste dia. Procurei fazê-lo com franqueza, por isso que toquei em tema que a mim me pareceu importante para Minas Gerais e seu povo.

A União Federal tornou-se quase que completamente a detentora de recursos tributários do país. Isso não é justo. Isso arrosta a natureza da organização federativa e pede cisma (cismar é hábito mineiro), de modo que o país possa ser administrado com a amplitude de visão que o povo espera de seus Estadistas.

Os publicistas ensinam que onde não existe visão de governo, não existe a sua legitimidade. Nosso

governador é jurista. Sabe do que falo. Minas Gerais confia na sua prudência, no seu descortino. Nossas lideranças políticas são o que há de melhor do país. Legitimidade, pois, não é problema nosso.

Se é voz comum, na comunidade jurídica nacional, a necessidade de uma reforma tributária, os homens políticos de Minas Gerais hão de ser sensíveis a tão justo reclamo, porque isso significa tornar comuns as nossas responsabilidades para alçá-las à glória de conduzir os anseios do povo.

Tudo se resolve politicamente. “*Males políticos se abrandam, se evitam ou se corrigem por meios políticos*”, professava Hermes Lima.

Minas Gerais tem na sua expressão política “a meta de um trabalho secular”, a bem dizer, três vezes secular.

Que, ao influxo de tamanha significação política e responsabilidade histórica, dê o passo decisivo, com sua coragem indômita, consciência reflexiva e grave senso de ordem.

Assim, ela será fiel a si própria, sempre a cumprir “a meta de um trabalho secular”.

Não, não de um trabalho secular, mas de um trabalho três vezes secular.

Dito.